

TERRITORIALIDADES OU FRAGMENTOS NA PAISAGEM: PRODUTORES FAMILIARES AGROECOLÓGICOS EM RONDÔNIA-BRASIL

Gianasi, Lussandra. M.¹

Resumo

Neste artigo propõe-se discutir uma parte do tema de doutorado² e do Projeto Procad CAPES³ "Agricultura familiar, sustentabilidade ambiental e territorialidades na Amazônia". Dessa forma, serão analisados teoricamente "a **territorialidade ou fragmentação da paisagem dos sistemas agroecológicos na agricultura familiar em Rondônia**". Este estudo apresenta uma breve discussão sobre os agricultores familiares agroecológicos para no estado de Rondônia. O foco deste trabalho está na inicial discussão teórica sobre a questão dos territórios, microterritorialidades ou fragmentos da paisagem para a área de pesquisa.

Palavras chaves: Rondônia, agroecologia, paisagem-território, agricultura familiar.

¹ Doutoranda do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências e Pesquisadora do Laboratório de Geografia Agrária e Agricultura Familiar. E-mail: lussandrams@gmail.com

² Novas Territorialidades no Arco de Desmatamento de Rondônia: Agricultura e as questões sócio-econômico-ambientais. Em desenvolvimento na UFMG e financiada pela **FAPEMIG** – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

³ Entre o Núcleo Terra e Sociedade – Grupo de Estudos em Geografia Agrária, Agricultura Familiar e Cultura Camponesa e o Laboratório de Geografia Agrária e Agricultura Familiar, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e ao Departamento de Geografia do IGC/UFMG e ao Núcleo de Pesquisas Agro-ambientais do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Apresentando a área de pesquisa e a problemática a ser discutida.

O estado de Rondônia, no Brasil tem algumas especificidades na história rural e do seu desenvolvimento sócio-econômico em geral. Esta singularidade refere-se aos projetos de colonização planejados e instalados na área. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizou a implementação oficial dos projetos de colonização de terras para assegurar a ocupação do espaço, em um primeiro momento. Alguns deles começaram em 1970 no governo militar com os programas de integração nacional (PIN). Dados apontam que “de 1970 a 1999, quase 700 mil famílias foram assentadas por programas de reforma agrária no Brasil, somando 370.000 assentamentos de 1995-1999” (Ludewigs, et al., 2009). Foram implantados três tipos de projetos: integrado de colonização (PIC), assentamento dirigido (PAD) e assentamento rápidos (PAR) em várias regiões de Rondônia (Filho, 2006). Nos anos 1970, foram distribuídos pequenos lotes de 100 hectares (ha), diminuindo para 50 ha em 1980 (Pacheco, 2009).

A criação de projetos de colonização oficial em Rondônia gerou desmatamento da floresta amazônica (Inpe, 2006), que foram substituídas por agricultura e pastagem indiscriminadamente. "A alta conversão de florestas em fazendas de gado foi promovido pelo governo durante as décadas de 1970 e de 1980, através de iniciativas de colonização e de empréstimos de crédito altamente subsidiado" (Hecht, 1985; Escada et al, 2003)."A falta de infra-estrutura e de suporte técnico cria incentivos para os agricultores mudarem de uma agricultura anual e perene para a pecuária" (Ludewigs, et al., 2009)

O desmatamento foi naquela época a melhor maneira de atingir o objetivo de adquirir os direitos da terra, era a forma de mostrar ao governo que a área foi obtida, transferido o uso aos posseiros e utilizada. . Fearnside (1993) demonstra que 70% do desmatamento é atribuível à grande escala de uso da terra pela pecuária. Homma et al. (1995) menciona que 50% do desmatamento na Amazônia é devido aos pequenos produtores e à rotação de culturas. Como se pode perceber, na literatura há discordâncias quanto ao papel da pequena agricultura e, no caso deste artigo, dos agricultores agroecológicos no processo de desmatamento. Ponto que será aprofundado na pesquisa de doutorado e que aqui trar-se-á somente questões e análises superficiais.

Mas para se não desmatar surge por parte do estado e de Organizações não governamentais (ONGs) uma alternativa: nova postura a esses agricultores - não derrubar a floresta que ainda existe. Então em 1988, a Secretaria de Planejamento do Estado de Rondônia (SEPLAN, 1988) produziu um plano para o estado de Rondônia, dividindo o seu território em seis (6) "diferentes zonas agroecológicas e econômicas", conforme mostrado por Bowder et al., (2004). Essa divisão era para dar suporte ao Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFORO) que foi um fracasso e ainda hoje corre processo contra acusados de desvio de verbas. No entanto, após essa categorização houve a mais nova que é o Zoneamento Ecológico Econômico de Rondônia (ZEE) de 2007 que divide a área em 3 áreas prioritárias (SEDAM, 2007). O zoneamento Socioeconômico-Ecológico do estado de Rondônia foi o primeiro e único no Brasil aprovado e reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Foi validado em todas as estâncias, culminando com a manifestação da Casa Civil da Presidência da República, através do DECRETO N o 5.875, DE 15 DE AGOSTO DE 2006, onde "Fica adotada a Recomendação nº 003, de 22 de fevereiro de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA".⁴

Dessa forma, o estado de Rondônia se cerca via estudos, pesquisas e leis do desmatamento, para a promoção do uso sustentável do espaço.

"Como alternativa, muitas das principais organizações ambientalistas não-governamentais e agências de desenvolvimento têm adotado atividades sustentáveis e agro-florestais na implementação de projetos integrados de conservação e desenvolvimento. Olhando desta perspectiva a floresta e a conservação do solo são necessárias para a sustentabilidade da agricultura em áreas de reforma agrária no longo prazo "(Fearnside, 2001).

Se a urgência é parar o desmatamento alguns autores têm dito que os projetos alternativos com pequenos produtores familiares são muito importantes (Becker, 2004; Ferraz et al, 2009; Browder et al, 2004), mas eles não são a solução, se não se detectar e

⁴ http://www.sedam.ro.gov.br/images/stories/acervo_tecnico/cartilhaZEERO/sedam%20cartilha.pdf

resolver problemas na cadeia de produção e nas outras ações que se também são necessárias.

Os produtores agroecológicos: mercado, cadeia de produção, fair trade e comércio Justo

Do ponto de vista socioeconômico, a teoria econômica neoclássica nos mostra que os agricultores competitivos e eficazes são naturalmente selecionados pelo mercado (Ludewigs, et al., 2009), sejam eles agroecológicos ou não. Então tem-se aí um problema, porque para os agricultores agroecológicos a produção é em pequena escala e atingi um mercado diferente, às vezes local, internacional mas inconstante para venda dos seus produtos, principalmente os dos sistemas agro-florestais (SAF), café orgânico, cacau, coco, pupunha, cupuaçu, açaí e coco. Eles podem ser eficazes, dentro da sua lógica de trabalho e produção, mas não há competitividade entre eles e os produtores convencionais, que por exemplo, utilizam-se de agrotóxico para atingirem esse objetivo.

Em Rondônia, os produtores familiares agroecológicos, que também produzem a policultura, são responsáveis pelo abastecimento de supermercados e mercados diários (feiras livres, sacolões, etc), oferecendo produtos de baixo custo para as pessoas advindos do "cinturão verde " para o abastecimento das cidades (Binsztok, 2008). Esses produtos têm um mercado local para sustentar o ciclo de produção, mas alguns outros produtos há perda por causa da fraca cadeia de distribuição existente, distância dos mercados, etc.

Este mercado agroecológico é baseada em uma lógica diferenciada, não capitalista: promover práticas ambientais, tais como o uso de matéria orgânica como adubo em substituição de insumos químicos, contribuir para o aumento da qualidade de vida e de geração de renda aos agricultores familiares.

"Deve ser ético e solidário, também inclui ações como a erradicação do trabalho escravo e trabalho infantil, eliminação da discriminação de gênero, raça e religião, a preservação da saúde e do meio ambiente, respeito aos direitos trabalhistas, histórico e cultural da identidades locais e regionais. Funciona em questões relacionadas com a gestão do processo produtivo, a eliminação da intermediação comercial especulativa, garantia de pagamento justo aos pequenos produtores, para incentivar a

criação de associações e de cooperativas e de instrumentos de garantia para a obtenção de informações divulgadas a todos os atores envolvidos " (Binsztok, 2008).

É chamado de comércio justo e economia solidária ou *Fair trade* (Grüninger, et al, 2002;. Singer, 2002). Pode ser visto como uma parceria entre produtores e consumidores que trabalham para ultrapassar as dificuldades enfrentadas pelo mercado formal para aumentar seu acesso ao mercado e promover o processo de desenvolvimento sustentável. As organizações de *Fair Trade* estão tornando-se um importante canal de distribuição de produtos orgânicos na Europa, englobando produtos como banana, cacau, mel, chá e café (UNCTAD, 1999 citado in Souza, 2002). Mas o comércio justo não está bem desenvolvido no Brasil. Devido a não presença de cadeias de mercado eficientes para esses produtos, mesmo em Rondônia, a dependência total do mercado europeu e, por vezes, os compradores não seguem as regras do comércio justo, ou seja, de privilegiar os pequenos produtores. (Binsztok, 2008). Também observa-se no campo e nas entrevistas a falta de organização para a titulação de produtos e a certificação dos mesmos que assegure a compra por esse nicho de mercado. Para entender melhor esse processo a UNCTAD, (1999)" citado por Souza, 2002 explica que:

“Para ser rotulado como orgânico, tanto a produção como o processamento precisam ser monitorados por certificadores credenciados. Nos países exportadores de produtos orgânicos, a certificação pode se feita por organizações locais, por parcerias entre agências locais e internacionais, por organizações internacionais ou por uma de suas filiais. Em alguns casos, os serviços de certificação podem ser subcontratados ou ainda realizados por grupos de pequenos produtores, desde que sejam desenvolvidos mecanismos de inspeção e de controle interno, conforme os padrões da agricultura orgânica”.

Além disso, para ser um agricultor agroecológico é necessário muito mais esforço físico e trabalho da família em comparação com os produtores convencionais e ainda adequar-se aos parâmetros internacionais do *fair trade*, se quiser obter valor de produção condizentes com o trabalho realizado. E o ganho para esses produtores

ecológicos deve ser o reconhecimento por essa ação por parte do governo e da sociedade. Pois o produto final deles é a conservação da natureza – via trabalho diferenciado com a terra e com o ambiente. Mas, o governo está deixando de lado essa responsabilidade, ou melhor não estão dando a real valorização, e as ONGs estão tentando fazer esse papel em Rondônia. Há hoje a atuação das ONGs: Terra Sem Terra Males, financiado a partir de 2003 pelo *Cafod* (*Catholic Agency Found for Oversea Development*), agência inglesa católica de cooperação para o desenvolvimento, Comissão Pastoral da Terra (CPT) via Padre Ezequiel e agentes do governo estadual e federal.

Mas não é tão fácil realizar essa tarefa, como a de criar cadeias de mercado e pequenas unidades de produção para esses produtores agroecológicos, assistí-los técnica e financeiramente e capacitá-los para as demandas existentes na cadeia de produção. Por exemplo, alguns pequenos despoldadores de frutas instalados, não têm sido utilizados em plenitude ou totalmente, falta avaliar as medidas e implantadas e também a forma de assistência a esses produtores.

Área de pesquisa

A área de estudo portanto, localiza-se no Estado de Rondônia na Amazônia Legal na federação do Brasil, como mostrado na figura 1 e as entrevistas analisadas na figura



Figura. 1: Estado de Rondônia, Área de Pesquisa

Organização: Gianasi, L. M, 2011

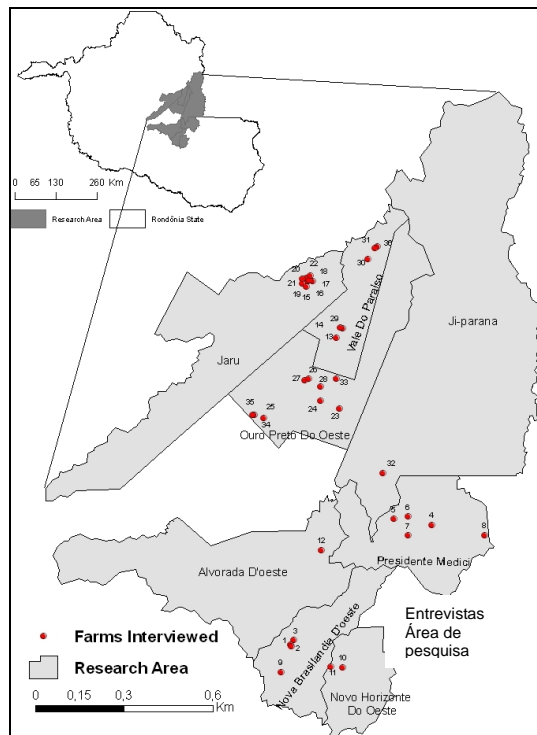


Figura. 2: Produtores entrevistados – Municípios de Rondônia.
Organização: Gianasi, L. M, 2011

Foram visitados trinta e seis famílias de agricultores família, que pode ser visualizado na Figura 2 acima. Esses produtores estão localizados em oito (8) municípios, localizados em três micro-regiões, Alvorada do Oeste, Ariquemes e Ji-Paraná no Estado de Rondônia. De todos esses apresentados, 20 são agroecológicos, que utilizam-se de métodos da permacultura, agricultura orgânica e dos sistemas agro-florestais (SAF), (basea-se em técnicas agrícolas que combinam espécies arbóreas lenhosas (frutíferas e/ou produtores de madeira) com a produção agrícola). Produzem também café sem agrotóxicos com sistema de sombreamento, horticultura, frutas, milho e feijão.

Questões para suscitar o debate teórico

A discussão teórica sobre esse assunto e seus desdobramentos na pesquisa geográfica rural inicia-se pela questão espacial dos agricultores agroecológicos em Rondônia. A amostragem espacial da pesquisa tem evidenciado que os agricultores estão localizados dispersamente e espaçadamente nos municípios (figura 2). A intenção aqui é discutir se há ou não um território-territorialidade ou micro-territorialidade da

agricultura familiar agroecológica. Além disso, o desejo não é esgotar o assunto, mas iniciar um debate sobre o tema.

Portanto, parte-se do pressuposto teórico vivenciado empiricamente que as propriedades estão localizadas longe umas das outras e a relação entre os agricultores familiares, que tem a mesma prática agroecológica, está sendo feita por ONGs, estado, em organizações comunitárias, ou quando vendem seus produtos nas feiras diárias ou semanais. A interação dos agentes e produtores é delimitada pela ligação entre o apoio técnico e os projetos desenvolvidos em cada município.

Esta discussão teórica é baseada em Sack (1986), Raffestin (1988), Arendt (1999), Saquet (2009), Haesbaert (2004) e Hendrich, (2009). Partindo desse pressuposto, de que há uma dispersão e não contiguidade espacial dos agricultores busca-se o entendimento do arcabouço teórico da área via duas vertentes:

1. discutir se ocupação e uso podem conferir, mesmo estando distantes e pulverizados fisicamente, a territorialidade como arcabouço de entendimento dessa análise;
2. ou se somente a noção de viver uma determinada situação de ocupação e uso pode produzir sentimentos de pertencimento a este universo e estabelecer laços de identidade sem se manifestar no território.

Na literatura científica sobre o tema é fato unânime que a relação principal que gera o território e a territorialidade é o **poder**. No entanto, como coloca Saquet (2007) o conceito de território não é unânime, no sentido de ser complexo e seu entendimento não é tão simples. “O território é um destes conceitos complexos, substantivos por vários elementos, no nível do pensamento e em unidade com o mundo da vida”. Segundo Foucault (1978) citado por Saquet (2007 p.32) onde há poder há resistência (...) Isto significa o caráter estritamente relacional das relações de poder (...). Estes pontos de resistência estão presentes na trama do poder.

De certa forma, observa-se na área de estudo uma certa resistência, primeiro do ponto de vista do paradigma dominante - o capitalismo, os produtores se opõem a ele a partir de um novo modelo de vida – agroecologia e se constituem como um poder de resistência na área de pesquisa. Mas por outro lado o que se vê é o medo. Um sentimento que se apresenta em todos os agroecológicos, uns porque não têm meios e dinheiro para ajustar a pequena propriedade à legislação ambiental vigente, deixando-os

apreensivo sobre o futuro da agricultura e outros pelo motivo de se sentirem desamparados, à merce da sorte. Isso mostra que o poder desses agricultores familiares é limitado, juntos e ou separados não conseguem exigir mudanças. Isso significa: não há política que privilegie esta categoria de agricultores na área de estudo. Eles não têm forças para lutar.

A pulverização espacial e a falta de apoio nas ações diversas que esse grupo apreende, parece ser um dos fatores que enfraquecem a relação de poder com o território. Pois “a noção primordial do território articula ocupação e extensão, seja por materialização em mapas ou simplesmente a presença estética. Ocupa-se porque se busca domínio sobre uma extensão. Delimita-se porque há relação com outros domínios, outras posições – oposição de outras extensões”(Hendrich, 2009 p. 274). Continua o autor: o território não é um fato definitivamente conquistado, há condições para seu surgimento que podem ser insatisfatórias a sua manutenção, à permanência.

Diante disso, houve condições para que os agricultores surgissem (planos de colonização e apoio de algumas Ongs para mudança de vida – agroecologia), principalmente em Rondônia, mas também há a dificuldade de se permanecer e combater as dificuldades de se permanecer nesse espaço. Pois, Hendrich, (2009 p. 274) menciona que

“é necessário ocupar, ter posse, fazer uso e conceber a ocupação e o uso. Ocupação, uso e representação são, por isso, aspectos constituintes da relação de poder que produz o território. O território e a territorialidade consistem em expressão geográfica que não são simples ocorrências, posição ou distribuição de objetos no espaço. Não é simplesmente paisagem”.

Outro conceito importante relacionado com a discussão é a unidade de área de cada propriedade, a posse. Essa parte em si não é uma territorialidade, mas em certa medida, “a microterritorialidade é essencialmente um território que se apóia na identidade dos que dela participam, no vínculo que se estabelece entre ocupação e representação” Hendrich, (2009 p. 276). Então, tem que ser apreender no domínio e, por extensão, articular ocupação e dimensão. Ocupa uma vez que busca dominar uma

extensão também. Ocupação, uso e representação são aspectos da relação de poder que produz o território.

A territorialidade é uma construção a partir do estabelecimento de vínculos, em que o objeto do vínculo é acercar-se e dominar uma extensão ou participar dela. O elo que se estabelece com o território é o que diz se um ator tem controle sobre a área ou se tem acesso e participa daquilo que sua extensão proporciona (Hendrich, 2009 p. 276).

Considerações finais

Em Rondônia, percebe-se por meio dos pequenos produtores agroecológicos que há uso e ocupação, mas são simples ocorrências no espaço, não desmerecendo o valor da ação. Segundo Hendrich (2009 p. 277), o território é antes de um fato consolidado, uma relação e, por isso, está sujeita à instabilidades e posições que não lhe são concordantes, aquilo que lhe sustenta, seus elos constituintes também não são fixos, absolutos. A territorialidade que lhe dá origem, ainda não consolidada, terá na criação dos elos entre o ator e o espaço, a possibilidade de existência.

Esses agricultores podem criar o sentimento de pertencimento sem haver domínio espacial. Criam laços com o lugar, podem coexistirem com conflitos, novos ordenamentos territoriais (pastagem). De outro lado, uma vez vistos como uma simbologia de poder e auto afirmação terão seus direitos respeitados, o que não ocorre hoje. Por causa desses argumentos finalizo aqui não defendendo um território ou territorialidade, mas com questões que ajudarão a pensar sobre isto:

Assim, podem se dizer que há territorialidades dos agricultores agroecológicos, mesmo estando esparsos e dispersos? A agroecologia em Rondônia pode ser chamada de território de poder por causa de sua ocupação e ação, (cada dia menos - por causa do aumento da pastagem). A ligação entre a ocupação e representação espacial são aspectos importantes para o uso teórico do território? Ou, inevitavelmente, os agricultores familiares agroecológicos em Rondônia não podem ser analisadas sobre o prisma da teoria do território?

Bibliografia

- Hannah A, (1999) *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo; introdução de Celso Lafer. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- Becker B K (2004) *Amazônia*. Geopolítica na virada no milênio. São Paulo: Editora Ática, 1991. 112p. (Série Princípios).
- Binsztok, J. (2008) Transformações sócioespaciais da agricultura familiar na Amazônia. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (78). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-78.htm>> [ISSN: 1138-9788].
- Browder J O, et al., (2008) Revisiting Theories of Frontier Expansion in the Brazilian Amazon: A Survey of the Colonist Farming Population in Rondônia's Post-frontier, 1992–2002. *World Development* Vol. 36, No. 8, pp. 1469–1492
- Browder J O, et al.,. Land Use Patterns in the Brazilian Amazon: Comparative Farm-Level Evidence from Rondônia. *Human Ecology*, Vol. 32, No. 2, April 2004.
- Escada M I S, Alves D S (2003) Dinâmica da cobertura florestal como indicador para caracterização de padrões de ocupação em Rondônia, In: Epiphanyo, J.C.N., Banon, G.J.F. (Eds.), XI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Belo Horizonte (online): <http://urlib.net/ltid.inpe.br/sbsr/2002/11.07.16.58>
- Fearnside, P. M. (2001). Land-tenure issues as factors in environmental destruction in Brazilian Amazonia: The case of southern Pará. *World Development*, 29(8), 1361–1372
- Fearnside, P.M., 1993. Deforestation in Brazilian Amazonia: the effect of population and land tenure. *Ambio* 22 (8), 537–545
- Ferraz S F de B, et al., (2009) Using indicators of deforestation and land-use dynamics to support conservation strategies: A case study of central Rondônia, Brazil. *Forest Ecology and Management* 257 - 1586–1595
- Gallon A V. (2007) *Produção Científica e Perspectivas Teóricas da área Ambiental*. Disponível em <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos72007/118.pdf> Acesso em 31 de Ago. 09.
- Grüninger B, et al. (2002) Fair Trade: Uma Introdução e Algumas Considerações. In: FRANÇA, C. L. *Comércio Ético e Solidário*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ILDES. p. 67-75
- Haesbaert, R. (2004). O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Hecht S (1985). Environment, development and politics: Capital accumulation in the livestock sector in eastern Amazonia. *World Development*, 13(6), 663–684

Hendrich, A. L. (2009) Conflitos Territoriais na estratégia da preservação da natureza. In: Saquet, M. A, et al., (2009) **Territórios e Territorialidades**. Teorias, processos e conflitos. Expressão Popular, São Paulo.

Homma A K O, et al. (1995) Redução dos desmatamentos na Amazônia: Política agrícola ou ambiental? Paper read at XXXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 31 July–3 August, at Curitiba, Paraná

INPE. Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. São José dos Campos, Brazil: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2006. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes/>>. Acesso em: 10 de Outubro de 2009.

Ludewigs T, et al. (2009) Agrarian Structure and Land-cover Change Along the Lifespan of Three Colonization Areas in the Brazilian Amazon. 8: 1348:1359 DOI 10.1016/j.worlddev.2008.08.018

Pacheco, P (2009) Agrarian Reform in the Brazilian Amazon: Its Implications for Land Distribution and Deforestation. 8: 1337-1347 DOI 10.1016/j.worlddev.2008.08.019

Raffestin, Claude. Répères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, Gabriel et alli. *Reseaux territoriaux*. Caen: Paradigme, 1988.

Saquet, M. A, et al., (2009) *Territórios e Territorialidades*. Teorias, processos e conflitos. Expressão Popular, São Paulo.

SEPLAN (Secretaria de Planejamento para o Estado de Rondônia) (1998). *Zoneamento como instrumento para o desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Porto Velho

SEDAM (Secretaria do estado de desenvolvimento ambiental). *Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia: Um Instrumento de Gestão Ambiental a Serviço do Desenvolvimento Sustentável de Rondônia*. Porto Velho: SEDAM, 2007

Singer P (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo

Summers P M, et al. (2004) Tropical forest management and silvicultural practices by small farmers in the Brazilian Amazon: recent farm-level evidence from Rondônia *Forest Ecology and Management* 192 (2004) 161–177

Souza, M. C. M. et all. Pequenos produtores familiares e sua inserção no mercado de cafés especiais: uma abordagem especial. *Infomações Econômicas*, SP, vol. 32, n. 11, Nov. 2002.